



Oferta e ocupação de vagas de residência em medicina de família e comunidade no Brasil, 2020

Leonardo Ferreira Fontenelle ^{1*}, Lorena Bermudes Permuy ², Dimíttria Lengruher Sesquim ³, Marcelo Santana Vetis ⁴

1 Universidade Federal do Espírito Santo

2 Ministério da Saúde

3 Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

4 Universidade Vila Velha

* Autor correspondente: leonardof@leonardof.med.br

Introdução: A ociosidade das vagas é um problema crescente, minando a efetividade da expansão da residência em medicina de família e comunidade no Brasil. Não se sabe até que ponto as vagas ociosas estão sendo efetivamente ofertadas pelos programas de residência.

Objetivo: Descrever a oferta e a ocupação de vagas de residência médica em medicina de família e comunidade no Brasil, para estimar até que ponto a não-oferta de vagas explica sua ociosidade.

Métodos: Obtivemos junto à Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) os dados de um levantamento de programas de residência em 2020, incluindo o número de vagas de primeiro ano (R1) ofertadas e ocupadas. Em seguida, perguntamos aos supervisores dos programas o número de vagas de R1 autorizadas para o mesmo ano, e consultamos dados governamentais publicamente disponíveis. Descrevemos a oferta e a ocupação de vagas de residência em função da localização da sede, da natureza jurídica das instituições proponentes, e da complementação da bolsa dos residentes.

Resultados: Dos 72 programas que responderam ao levantamento da SBMFC, 28 nos informaram o número de vagas autorizadas. Esses últimos somavam 506 vagas autorizadas, das quais 417 (82%) tinham sido ofertadas. Os 72 programas tinham ofertado ao todo 948 vagas, das quais 651 (69%) tinham sido ocupadas. Dentre as vagas ociosas (autorizadas mas não ocupadas), 42% não tinham sido ofertadas pelos respectivos programas. Este último percentual foi maior na região Sul; nos programas com sede em municípios de menor porte populacional; nas instituições proponentes estaduais (ou distritais) ou privadas; e em programas sem suplementação da bolsa de residência.

Conclusão: Para melhor elucidar os motivos para a ociosidade de vagas de residência em medicina de família e comunidade, futuras pesquisas devem considerar separadamente a oferta e a ocupação das vagas. Da mesma forma, políticas de formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde poderiam beneficiar-se do monitoramento da efetiva oferta das vagas autorizadas.

Palavras-chave: Brasil; Internato e Residência; Medicina de Família e Comunidade; Organizações; Sistema Único de Saúde.

Preprint: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5066>

Como citar: Fontenelle LF, Permuy LB, Sesquim DL, Vetis MS. Oferta e ocupação de vagas de residência em medicina de família e comunidade no Brasil, 2020. Anais Congr Capixaba Med Fam Comunidade. 2022; 3:215.